

L E I Nº 467/62

Data : 13 de dezembro de 1962.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
TÍTULO I
DO IMPOSTO EM GERAL
CAPÍTULO I

Artigo 1º - O Imposto Territorial Rural constitui ônus real e tem como fato gerador e respectiva obrigação tributária principal a propriedade, a posse direta ou o domínio útil de bem imóvel, situado fora da zona urbana do Município, definida na legislação competente.

Parágrafo Único - O imposto não incide sobre sítios de áreas não excedentes a 20 (vinte) hectares, quando os cultive, só ou como suas famílias, o proprietário que não possua outro imóvel. (Artigo 19, § 1º da Constituição Federal).

CAPÍTULO II
DA TAXA DO IMPOSTO

Artigo 2º - O imposto será cobrado a razão de três décimos por cento (0,3%), anualmente sobre o valor das terras sem as benfeitorias.

CAPÍTULO III
DO VALOR DAS TERRAS E DO CÁLCULO DO IMPOSTO

Artigo 3º - A determinação do valor das terras, para cálculos do Imposto se fará tendo por bases:

1º - A declaração feita pelo proprietário, por ocasião da inscrição territorial e as modificações subseqüentes do valor declarado.

2º - A avaliação feita pelo Serviço de Cadastro na falta, deficiência ou falsidade de declaração.

Artigo 4º - Na avaliação a que se refere o item 2º, do artigo anterior, devem ser considerados:

1º - O preço das terras, constante das mais recente estrutura de transmissão e de constituição de ônus real, contratos, demarcações, divisões, inventários e quaisquer documentos públicos referentes as zonas vizinhas ou economicamente semelhantes;

2º - A localização das terras, os meios de comunicação existente, a situação da propriedade relativamente aos centros principais de produção e consumo, sem qualidade e finalidade a que se destinam.

CAPÍTULO VI

Artigo 5º - São isentos do imposto:

a) Os imóveis pertencentes a União, aos Estados e aos Municípios, salvo se forem explorados por terceiros sem direito expresso à isenção destes impostos;

b) Os imóveis pertencentes a instituições beneficentes, onde estas prestem, gratuitamente os serviços respectivos, e desde que apliquem as suas rendas no país e nas finalidades previstas nos seus estatutos;

c) Os imóveis pertencentes a colonos, assim considerados os nacionais e estrangeiros que cultivem a terra com esforço próprio ou com o auxílio dos membros de sua família, sem empregados assalariados, nos três primeiros anos de sua instalação, e desde que residem no imóvel.

Parágrafo Único - As entidades referidas na alínea b, que exerçam, também atividades remuneradas, só terão direito à isenção proporcional aos serviços gratuitos que prestam, em função do movimento total, salvo se a remuneração percebida for integralmente aplicada na manutenção daqueles serviços.

Artigo 6º - Salvo o caso da alínea “a”, do artigo anterior as isenções serão concedidas mediante requerimento do interessado, que deverá provar:

a) a propriedade sobre imóvel ou título equivalente, regulado no artigo 1º, desta lei.

b) a legitimidade do pedido.

Parágrafo Único – O pedido do interessado, quando se tratar de isenção fundada no disposto das alíneas B e C do artigo 5º, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

1º Na hipótese da alínea b: certidão probatória da personalidade jurídica da entidade e atestado, concedido por autoridade competente, da realização dos fins previstos em seus estatutos;

2º Na hipótese da alínea c: atestado da condição de colonos, com firmas reconhecidas, passado por dois (2) contribuintes deste imposto ou entidades representativas da classe.

Artigo 7º - Gozará de redução 50% (cinquenta por cento) do imposto a que estiver sujeito, o imóvel rural da área não superior a 50 (cinquenta) alqueires, e de valor não excedente a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), registrado como bem de família, na forma do Código Civil.

Parágrafo Único – A concessão deste benefício ficará sujeito às provas exigidas no artigo 6º.

Artigo 8º - Nos casos de redução ou isenção parcial do Imposto, o valor da área desobrigada será proporcional ao da área total do imóvel.

Artigo 9º - As isenções ou redução serão cassadas, desde que não corresponderem à realidade as declarações dos interessados, ou documentos exibidos.

Artigo 10 – As isenções iniciais ou redução, previstas neste Capítulo, deverão ser requeridas no exercício que se referirem.

Artigo 11 – A renovação das isenções, nos casos das alíneas “b” e “c” do artigo 5º, dependerá de apresentação, em cada exercício, por parte do interessado, da seguinte prova documental:

1º - Para imóveis pertencentes a instituições beneficentes, de prova da propriedade dos mesmos.

2º - Para imóveis pertencentes a colonos, nos três primeiros anos de sua instalação, a prova da propriedade e de estarem de colonos instalados nos mesmos há menos de três anos.

CAPÍTULO V DOS CONTRIBUINTES

Artigo 12 – O imposto será exigido do proprietário a qualquer título, do adquirente, do possuidor ou do ocupante do imóvel, sem que a arrecadação importe no reconhecimento, por parte do Município de qualquer direito real do contribuinte.

§ 1º– Os condôminos serão solidariamente responsáveis pelo Imposto devido pelo imóvel comum, salvo a hipótese do artigo 33.

§ 2º - As empresas imobiliárias pagarão o Imposto devido pelos terrenos que possuírem, destinados a venda em lotes, enquanto não alienados.

TÍTULO II DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO CAPÍTULO I

Artigo 13 – O lançamento do imposto terá por base as declarações apresentadas pelos interessados, na forma do Capítulo I, Título IV, uma vez constatada a respectiva exatidão pela repartição responsável pelo lançamento.

Parágrafo Único – Considera-se como só imóvel, as superfícies territoriais contíguas, sob o domínio de um mesmo contribuinte.

Artigo 14 – Sempre que se verificar variações ou alterações nos valores territoriais em geral, ou quanto a determinadas zonas, ou ainda em relação a um imóvel isoladamente, serão alteradas os lançamentos, vigorando a alteração a partir do exercício seguinte.

Parágrafo Único – As declarações imobiliárias estão sujeitas a revisões pela repartição competente, sendo modificadas, em qualquer tempo, os lançamentos, vigorando a alteração a partir do exercício seguinte.

Parágrafo Único – As declarações imobiliárias estão sujeitas a revisões pela repartição competente, sendo modificadas, em qualquer tempo, os lançamentos feitos, sempre que se verificar falsidade ou impropriedade dos dados que serviram de base na fixação do valor tributável do imóvel.

Artigo 15 – No caso de revisão, verificando-se diferença de área ou no valor do imóvel, excedente de 10% (dez por cento), será o declarante notificado a corrigir o erro, sob pena de multa.

CAPÍTULO II DO PROCESSO DOS LANÇAMENTOS

Artigo 16 – O lançamento será feito pela repartição competente do Departamento de Fazenda, tomando-se por base as declarações devidamente revistas, e dos elementos constantes do cadastro.

§ 1º - Não ocorrendo causa que determine alteração ou modificação dos lançamentos efetuados, estes prevalecerão para o exercício seguinte.

Artigo 17 – O lançamento do imposto territorial é anual, alcançando exercícios anteriores, quando for o caso.

Parágrafo Único – Nas divisões ou demarcações em que se verificar que o imóvel tem área maior da lançada, cobrar-se-á diferença de imposto, acrescida de multa de 10% (dez por cento), relativamente nos exercícios anteriores.

Artigo 18 – Nos lançamentos referentes a condomínio, figuração, sempre que possível, os nomes de todos os condomínios conhecidos.

Artigo 19 – No caso de litígio sobre o domínio do imóvel, os litigantes ficarão sujeito ao lançamento, podendo a cobrança ser dirigida contra ambos ou qualquer um deles.

Parágrafo Único – Ambos os litigantes deverão fazer o pagamento do imposto no prazo devido, ficando a parte vencida com o direito de receber do Município a quantia que houver pago, após exibir provas da decisão final do litígio, se ocorrer duplicidade de pagamento.

CAPÍTULO III DAS RECLAMAÇÕES E RECURSOS

Artigo 20 – O contribuinte do imposto poderá usar dos recursos e reclamações contra o lançamento, pela forma prevista na Lei Municipal nº 26/48 (Código de Posturas e Obras do Município), no que for aplicável.

TÍTULO III DA ARRECADAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

CAPÍTULO I DO TEMPO E DO MODO DA ARRECADAÇÃO

Artigo 21 – O Imposto poderá ser arrecadado até em quatro prestações dentro do exercício, ficando a critério do Poder Executivo a regulamentação.

Artigo 22 – Expirando o prazo de pagamento os contribuintes se sujeitam aos acréscimos já previstos pela Legislação Municipal.

Artigo 23 – No caso de imóvel indiviso, a critério exclusivo do fisco, poderá ser permitido a qualquer condômino pagar o imposto corresponde a parte que lhe competir, desde que assim o requeira documentadamente.

TÍTULO IV DAS DECLARAÇÕES IMOBILIÁRIAS

CAPÍTULO I DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS, POSSUIDORES, ADQUIRENTES, LITIGANTES, OCUPANTES, CO-PROPRIETÁRIOS, ADMINISTRADORES, USUFRUTUÁRIOS, LOCATÁRIOS E OUTROS EQUIPARADOS.

Artigo 24 – Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais são obrigados a prestar, em relação aos mesmos, pela forma adiante estabelecida, as declarações mencionadas neste Título.

Artigo 25 – A inscrição dos imóveis rurais no cadastro imobiliário, será promovida:

1º - Pelo proprietário ou seu representante legal ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

2º - Por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

3º - Pelo promissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

4º - Pelo adquirente, nos casos de desmembramento do imóvel;

5º - Pelos litigantes, em casos de litígios sobre o domínio do imóvel;

6º - Pelo autor, curador, administrador ou qualquer representante legal, quanto aos imóveis de propriedade das pessoas naturais ou jurídicas que representem;

7º - O possuidor direto, como o ocupante a qualquer título, os usufrutuários, a locatários e outros equiparados, quando não o tenham feito os possuidores indiretos;

8º - De ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar.

Artigo 26 – Para a efetivação do registro no cadastro imobiliário das propriedades rurais, são os responsáveis obrigados a preencher e a entregar na repartição competente, uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do instrumento translativo da propriedade.

§ 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição devidamente preenchida, deverá ser exibido título de propriedade ou o documento de compra e venda ou documento de compra e venda ou documento equivalente, para as necessárias verificações, quando for o caso.

§ 3º - Não sendo feita nos prazos estabelecidos a devida inscrição, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição. Neste caso, não poderão os contribuintes omissos, em defesa valar-se de qualquer erro ou falha da inscrição, derivada de culpa sua.

§ 4º - No primeiro ano de vigência desta Lei, o prazo para a inscrição voluntária se encerrará a 30 de dezembro.

Artigo 27 – Da ficha de inscrição mencionada no artigo anterior, constarão, além de outros elementos que forem exigidos pela repartição competente, os seguintes:

a) nome do proprietário, possuidor, ocupante ou responsável por qualquer título;

b) situação do imóvel, indicando a denominação de gleba e o número do lote;

c) denominação do imóvel, suas confrontações e o nome de todos os confrontantes conhecidos;

d) superfície, em metros quadrados ou alqueires;

e) área cultivada ou aproveitada, em metros quadrados ou alqueires;

f) área inculta ou inaproveitada, em metros quadrados ou alqueires;

g) descrição sucinta: 1 benfeitorias existentes, tais como: culturas, construções, acessórios, indústrias etc., 2 riquezas naturais, como: fontes, matas, jazidas minerais queda d'água e outras;

h) valor da terra nua, sem benfeitorias;

i) valor total da propriedade;

j) dados elucidativos: (Observações esclarecimentos quando se tratar de condomínio terras litigiosas, ou compromissadas, com discriminação clara da área quando o imóvel se estender por mais de um Município, ou parte dele pertencer a zona urbana);

l) título de direito sobre a causa ou origem e tempo da posse (data e espécie dos títulos e números de transcrições);

m) condição de tratar-se de terrenos ocupados por pastagens naturais e criação de gado bovino, quando for o caso;

n) domicílio e residência do proprietário e domicílio endereço de seu representante legal, quando a declaração por este prestada;

o) assinatura do declarante e data da entrega.

Parágrafo Único – As declarações serão preenchidas em duas (2) vias devendo ser entregue na repartição competente pelo interessado a 1ª via.

Artigo 28 – No caso de desmembramento do imóvel, é obrigatória a apresentação, pelo adquirente, do instrumento translativo da parte desmembrada, por ocasião da inscrição.

Artigo 29 – Na hipótese de litígio sobre o domínio, será exigido a menção de tal circunstância, dos nomes das pessoas naturais e jurídicas dos litigantes e ainda, dos que estão na posse da gleba litigiosa.

Artigo 30 – Sem em se tratando de condomínio, o declarante arrolará o nome de todos os consortes na comunhão de imóvel, e, se for possível, fará a individuação da parte de cada condomínio, podendo o físico a seu critério lançar cada uma delas de per si, desde que o requeira qualquer interessado.

Artigo 31 – Nenhum proprietário, possuidor, diretor, administrador ou guarda, poderá impedir que os encarregados dos serviços relacionados com o imposto territorial penetrem no imóvel, ou, ainda, negar informações que interessem a esse serviço, desde que os funcionários exibam documentos comprobatório de sua identidade e condição.

Artigo 32 – Os proprietários de imóveis rurais destinados a venda, ficam obrigados a apresentar, no departamento da Fazenda, uma planta do

loteamento, devidamente formalizada e acompanhada da relação dos adquirentes e dos respectivos endereços.

§ 1º - A documentação a que se refere este artigo deverá ser apresentada dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data do registro, em cartório, do loteamento.

§ 2º - Os contratos de compra e venda e de compromisso, serão comunicados mensalmente a repartição fiscal referida neste artigo.

TÍTULO V

CAPÍTULO ÚNICO

Das penalidades e Multas

Artigo 33 – É passível da multa de 30 a 100% (trinta e cem por cento), sobre o imposto devido, o contribuinte ou aquele que sendo obrigado:

- 1º - deixar de fazer a inscrição cadastral de imóvel a ela sujeito;
- 2º - prestar declarações inexatas, com o propósito de iludir o fisco;

Artigo 34 – É passível a multa de 10 a 30% (dez a trinta por cento), sobre o imposto devido, o contribuinte ou responsável que:

- 1º - apresentar a ficha da inscrição ou declaração fora do prazo legal ou regulamentar;
- 2º - Negar-se a prestar informações ou, por qualquer modo, tentar embaraçar, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco, a serviço dos interesses da Fazenda Municipal.

3º - Deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida nesta Lei ou em regulamento a ela referente.

Artigo 35 – As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único – Na imposição da multa, e para graduá-la ter-se-á em vista:

- a) maior ou menor gravidade da infração;
- b) as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

c) os antecedentes do infrator, com relação as disposições desta e de outras leis e regulamentos Municipais;

d) no caso do item 2º do artigo 33, a pena será sempre aplicada no grau máximo.

Artigo 36 – Todo expediente que se relacione com imóvel rural, só será apreciado quando este se encontre devidamente inscrito no cadastro.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 37 – O contribuinte do imposto de que trata esta Lei, ficarão sujeitos ao pagamento da taxa de Assistência Social que será arrecadada pela forma estabelecida na legislação.

Artigo 38 – Salvo disposição expressa desta Lei, ficam adotadas as normas constantes do Código Tributário Municipal, Lei nº 26/48, como legislação complementar.

Artigo 39 – Fica o Executivo autorizado a baixar os atos necessários à boa execução desta Lei, inclusive estabelecendo penalidades para os casos de transgressões dos preceitos regulamentares.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 40 – No exercício de 1962, o prazo a entrega das declarações a que estão sujeitos os contribuintes e, bem assim as datas fixadas para recolhimento dos tributos, poderão ser dilatado até o mês de dezembro.

Artigo 41 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 13 de dezembro de 1962.

José Mário Junqueira
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial administrativo